

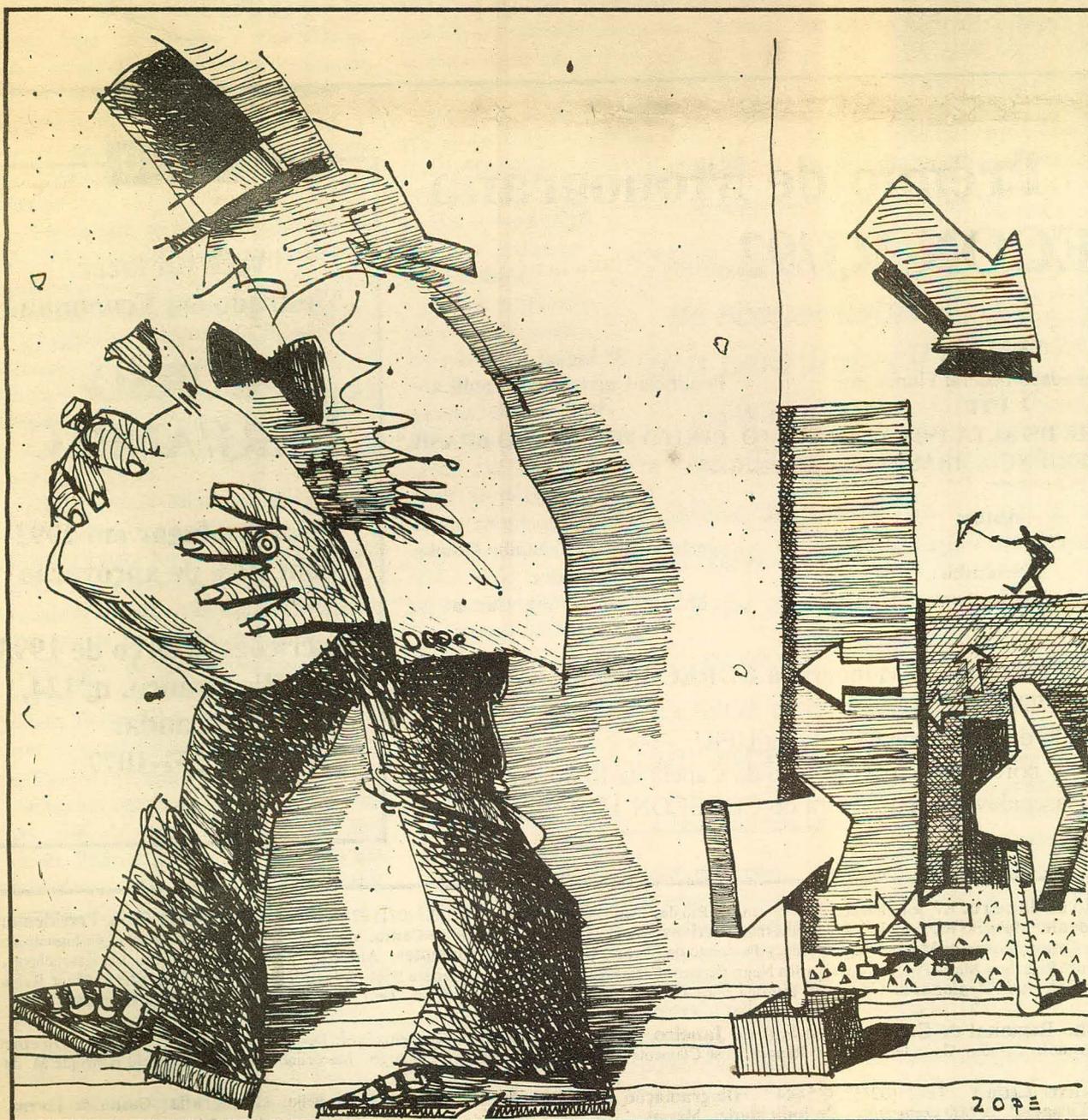
I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 43 - novembro - 1992

A Reforma do Sistema Financeiro

A necessidade de participação ativa dos bancos no desenvolvimento produtivo do país, via investimento, a inserção da reforma do sistema financeiro em um leque mais abrangente de outras reformas estruturais e os mecanismos de estímulo aos investimentos são alguns dos temas discutidos por quatro especialistas.

Páginas 6, 7 e 8



A crítica de Lessa
aos "ideólogos da
modernização"

Páginas 3,4 e 5

IERJ:
Eleições em
dezembro

Página 10

A retração do mercado de trabalho vivenciada pelo profissional da Economia na última década tem como causa primária a recessão que, de resto, não deixou imune um só segmento em todo o país. Mas, em nossa categoria, está implícito um outro motivo: a dicotomia entre o discurso das sucessivas equipes que comandam a área econômica do governo e o resultado fracassado dessas promessas. O reflexo desse desencontro nos tornou alvo fácil para a crítica dos que tentam atrair a simpatia da opinião pública.

Torna-se urgente esclarecer o papel do economista, numa autocrítica baseada na transparência das limitações de nossa ação; na definição dos limites técnicos de nossos modelos como aproximações imperfeitas construídas, muitas vezes, com hipóteses simplificadoras; e na demonstração de que a prática do economista, do mesmo modo que suas teorias, não é neutra em termos políticos e sociais. E a melhor forma de neutralizar essas limitações é torná-las explícitas com um claro posicionamento político perante os problemas que enfrentamos. Para isso, é necessário estimular o debate, esclarecer as diferenças de opiniões, para explicitar as diversas visões e suas raízes, de forma a quebrar a pseudo unanimidade dominante.

É esse o caminho que vem sendo perseguido pelas entidades que congregam os economistas do Rio de Janeiro. Nesta edição do **Informe CORECON** destacam-se alguns passos dessa busca, como a palestra de Carlos Lessa e a contundente crítica nela feita sobre a prática dos "ideólogos da modernização"; a discussão - que ainda merece maior aprofundamento - sobre a reforma do sistema financeiro; e o manifesto do IERJ ao apresentar a chapa para as próximas eleições da entidade.

Outro caminho é o reforço na divulgação de temas de interesse da categoria para aqueles que ainda irão se iniciar na profissão, como o lançamento do "**Informe CORECON UNIVERSITÁRIO**" - um espaço aberto para os estudantes de Economia e, mais que isso, um convite à participação nessa reflexão que o "Movimento de Renovação dos Economistas" propõe. Nosso compromisso deve ser no sentido de trabalhar para aprofundar as diferenças, pois a unanimidade se nutre da falta de profundidade no debate.

Resultado do 3º Prêmio de Monografia CORECON-RJ/92

<p>1º lugar: Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ "A CARTEIRA DE TRABALHO NO MERCADO DE TRABALHO URBANO" Autora: Valéria Lucia Pero Orientadores: Ricardo Paes de Barros João Luiz M. Saboia</p>	<p>2º lugar: Universidade Federal Fluminense UFF "REGIME DE ALTA INFLAÇÃO E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA" Autor: Luis Gustavo Vieira Martins Orientador: Ricardo Manoel dos Santos Henriques.</p>	<p>3º lugar: Pontifícia Universidade Católica PUC "O EFEITO FISCHER NO BRASIL" Autor: Jorge José Ribeiro Coutinho Guinle Orientador: Márcio Gomes Pinto Garcia</p>
--	--	---

Cerimônia de Premiação do 3º Prêmio de Monografia CORECON/RJ
dia 10/12/92, às 15:00h

Local: Salão Dourado do Fórum de Ciência da UFRJ

Av. Pasteur, 250 - Urca (entrada pelo portão principal, ao lado da Capela da Reitoria)

Coordenadora do Prêmio: Profª Lia Hasenclever (Conselheira do CORECON 1ª Região/RJ)

CURSO

Você vai fazer
Mestrado em Economia?

CURSO
IERJ/ANPEC

Primeiro lugar em 1992
com 90% de aprovação

Inscrições: Março de 1993
Av. Rio Branco, nº124,
18º andar
tel.: 231-1077

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa. **Vice-Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Conselheiros Efetivos:** Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascounto da Rocha. **Conselheiros Suplentes:** Airtton de Albuquerque Queiroz, Lia Hasenclever, Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis Rosa Maria Porcuro, José Carlos Negri Periard, Carlos Augusto Callou, Alexandre Baptista Freire. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Márcio Henrique M. de Castro. **Conselho Editorial:** Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)220-5444. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Guarin de Lorena. **Ilustração:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Em palestra realizada no final de outubro, na Cândido Mendes, o presidente do CORECON, Carlos Lessa, critica o conceito de modernidade defendido por correntes de economistas e proclama:

"Os ideólogos da modernização exorcizam o planejamento"

"E u começo me colocando apoiando o Governo Itamar, no que diz respeito ao que ele disse, logo ao assumir a Presidência, sobre sua dúvida do que seja modernização. Ele, mineiramente, colocou um ponto de interrogação e perguntou: o que é modernização? Então, eu quero começar a esclarecer um pouco a ambigüidade do conceito.

Vejam bem: os historiadores falam da Idade Moderna como a idade que começa com a queda de Bizâncio, e conclui com a Revolução Francesa. Para os historiadores, o homem moderno é o homem do renascimento. É o homem confiante na razão, no exercício da inteligência, e não mais guiado pelas Escrituras Sagradas, e é o homem que exalta o indivíduo, e não o homem coletivo.

Na Revolução Industrial, acontece um novo fator dentro deste quadro. É a idéia da história como transformação, destacada, agora, pelos sociólogos. Todo o quadro social foi alterado com aquela revolução. E o que se firmou daí por diante foi o pensamento de que modernização é ter indústria. Se fossemos fiéis a estas conotações antigas de modernização, eu creio que todos concordariam com ser modernos. Só que eu acho que nisso nós caímos em uma conceituação pobre, vulgar, ridícula, que é a seguinte: há uma moda. Tudo o que se afasta da moda não é moderno. Essa visão é profundamente acrítica. Porque o que se discute não é o que está na moda, mas o afastamento de um padrão. Se ficarmos com a primeira vertente do que seja modernidade, tudo bem. Se ficarmos com a segunda vertente, seremos acríticos, logo, pré-lógicos, logo, imbecis.

Pois muito bem. A nossa comunidade de economistas, hoje, deu para imbecil. Porque o que ela deu a entender foi a modernidade como um certo padrão das

organizações do Primeiro Mundo e do sistema econômico mundial. Como isso seria a moda, sem discutir virtudes, nem discutir criticamente esse padrão, declara-se que o Brasil não está na moda. Então o ideário da modernização para os economistas seria colocar o Brasil dentro das regras do Primeiro Mundo. E aí, joga-se no lixo uma antiga tradição do pensamento econômico de um modelo específico para se entender modernidade.

Existem três sinônimos muito usados pelos economistas de boa formação. Um, tomado de empréstimo do pensamento positivista, que é a idéia de progresso, como resultado do espírito humano. Você acha que o espírito humano não é mais capaz de entrar na intimidade das coisas, o conhecimento não é capaz de desvendar o que os gregos chamariam de essências. Mas o conhecimento é capaz de inter-relacionar fenômenos. Então, progresso, pelo espírito, é identificar essas relações interfenomênicas, porque, identificando essas relações, chamamos uma de variável independente, a outra de dependente, e teremos a possibilidade de operacionalizar, agindo na variável independente. Noção de progresso que dá suporte, ainda que frágil, a todo debate de política econômica.

A noção de economia política, ao observar a Revolução Industrial, e perceber a história econômica como história de

transformações, apareceu no século XIX como "desenvolvimento das forças políticas", nos livros de literatura econômica e política. Riquíssima noção, porque é o grande vetor, pelo qual se organiza a maior interrogação que o pensamento econômico propôs, até hoje, que seria desvelar as leis sociais da produção e da repartição, entendendo que o

desenvolvimento das forças produtivas se dá nesse binômio produção e repartição. Essa expressão - forças produtivas -, no século XX, principalmente depois da II Guerra Mundial, quando o mundo enfrenta o duplo fenômeno da Guerra Fria e da descolonização, passou a ser entendida por "desenvolvimento econômico e social".

Então, o nosso debate atual sobre a noção de modernização vulgarizada joga na lata do lixo do conhecimento a contribuição positivista do progresso, a

idéia clássica da economia política de desenvolvimento das forças produtivas e a idéia rica de uma leitura historicista do século XX do desenvolvimento econômico. E o economista, num processo de atrofia do conhecimento, passa a ser o homem que busca o padrão da moda.

Vamos ver o conteúdo dessa moda, que se diz padrão, da qual o Brasil estaria afastado. A primeira componente, eu diria, seria a internacionalização. Todos os economistas que defendem que a economia

brasileira precisa se modernizar, de alguma maneira dizem que o Brasil não se internacionalizou. Que haveria uma espécie de pecado capital na vida brasileira, que seria uma componente de xenofobia, de introspecção, sendo necessário abrir-se para uma internacionalização.

Eu diria que esses economistas são ignorantes de fatos elementares da sociedade brasileira. Quando o Brasil, no século XIX, viveu expansão baseada na cafeicultura, foram investimentos estrangeiros que permitiram financiar portos e ferrovias da época. Em 1920, antes de haver começado a industrialização brasileira, mas já nascendo a indústria no país, nós assistimos à primeira onda de imigração de filiais estrangeiras. Empresas que hoje fazem parte do nosso vocabulário, como Singer, Ford, Gillette, etc. O Brasil foi xenófobo? Essas empresas foram muito bem vindas. Da década de 20 até nossos dias, sempre se praticou uma política de portas abertas ao investimento vindo do exterior. Com pequenas restrições, como a entrada de bancos, salvo os que já se encontravam no país, empresas de seguro e do ramo de comunicações. Onde é que está a xenofobia? Cultural? Nós não estamos intoxicados por cultura estrangeira, principalmente americana? Eu não sei por onde aumentar a internacionalização brasileira.

O segundo conteúdo da idéia de modernização é o bom funcionamento do sistema de mercado. Quanto a isso, estamos de acordo. O sistema de mercado é o que melhor ajusta o funcionamento cotidiano de uma economia em relação a estruturas produtivas e repartitivas, já existentes. Quando se olha o sistema de mercado do Brasil num passado, mesmo que recente, chega-se à conclusão de que, se o sistema de mercado funcionou aqui, funcionou com uma série de problemas. Por exemplo, a taxa de lucro média da indústria brasileira

"Nossa comunidade de economistas deu para imbecil, pois entende modernidade como padrão do Primeiro Mundo e do sistema econômico. Declara que o Brasil não está na moda."

é significativamente mais elevada do que estruturas semelhantes. Isso porque a nossa industrialização foi operada de 1930 a 1980 sob a marca de severíssimas restrições cambiais. Isso permitiu que cada empresa produtiva, voltada para dentro, operasse com barreiras a entradas naturais derivadas da restrição cambial. Pura e simplesmente, não sofriam o risco competitivo de qualquer produto importado. E, provavelmente, também, já sendo empresas maduras, tinham vantagens oligopólicas de competição. Em consequência, os nossos mercados funcionaram pior.

Ninguém tem nada contra uma mudança no sistema de mercado, visando a sua melhora. Mas imaginar que, por um sistema de mercado, cujas virtuosidades potenciais sejam incrementadas, seríamos capazes de resgatar questões estruturais, é de novo ignorância. Há um antigo debate que vem desde o século XIX sob sistema de mercado e sistema de planejamento. O que os defensores equilibrados do sistema de planejamento disseram? Que o mercado é capaz de bem ajustar estruturas existentes. Porém, não é capaz de modificar, na velocidade e intensidade requeridas, estruturas existentes.

Aí cabe a seguinte pergunta: o que mais nos incomoda no Brasil? É o fato de nossa taxa de lucro industrial ser mais elevada do que as congêneres européias, ou o fato de nós termos distâncias sociais gigantescas? Para mim, são as distâncias sociais. Então nós não podemos abrir mão da idéia de planejamento. Só que, junto com o longo prazo, os ideólogos da modernização fazem um exorcismo do planejamento. Mas todos nós caímos um pouco nessa história, porque uma horda autoritária brasileira se apropriou da idéia de planejamento, ficou muito o pensamento de que um príncipe autoritário, general de plantão, usava o plano como uma justificativa para uma camada autoritária. Então, a redemocratização brasileira fez uma série de acerto de contas e jogou fora uma série de coisas importantes.

Vamos pegar a terceira idéia dos ideólogos da modernização, que é a integração competitiva. A idéia é que o Brasil deveria dispor de organizações empresariais que, a exemplo das organizações empresariais do Primeiro Mundo, ganhassem projeções planetárias e competissem em escala mundial.

Essa é uma das mais imbecis idéias que circulam na praça. Primeiro, ela desconhece inteiramente o padrão de organização

empresarial brasileiro. Nosso padrão dispõe, normalmente, o seguinte: empresas líderes, em setores e subsetores industriais que têm o grosso, se não a totalidade da sua atividade empresarial, ligada àquele setor, àquele subsetor; sistema bancário inexistente - ele só é grande para competir na captura de dinheiro em trânsito. Mas banco não é prestador de serviços. Banco capitalista empresta a longo prazo, para que o capitalismo cresça. Por isso eu digo que, no Brasil, nós não temos banco.

Em um país bem sucedido, na linha de integração competitiva, como por exemplo, a Coréia, existem quatro organizações empresariais. Cada grupo coreano é multi-setorial, tem uma série de atividades voltadas para dentro da economia coreana e tem operações voltadas para a famosa integração competitiva. No miolo de cada organização coreana, hoje, existe um banco privado do grupo. Ou seja, capital industrial, capital mercantil e capital bancário estão fundidos

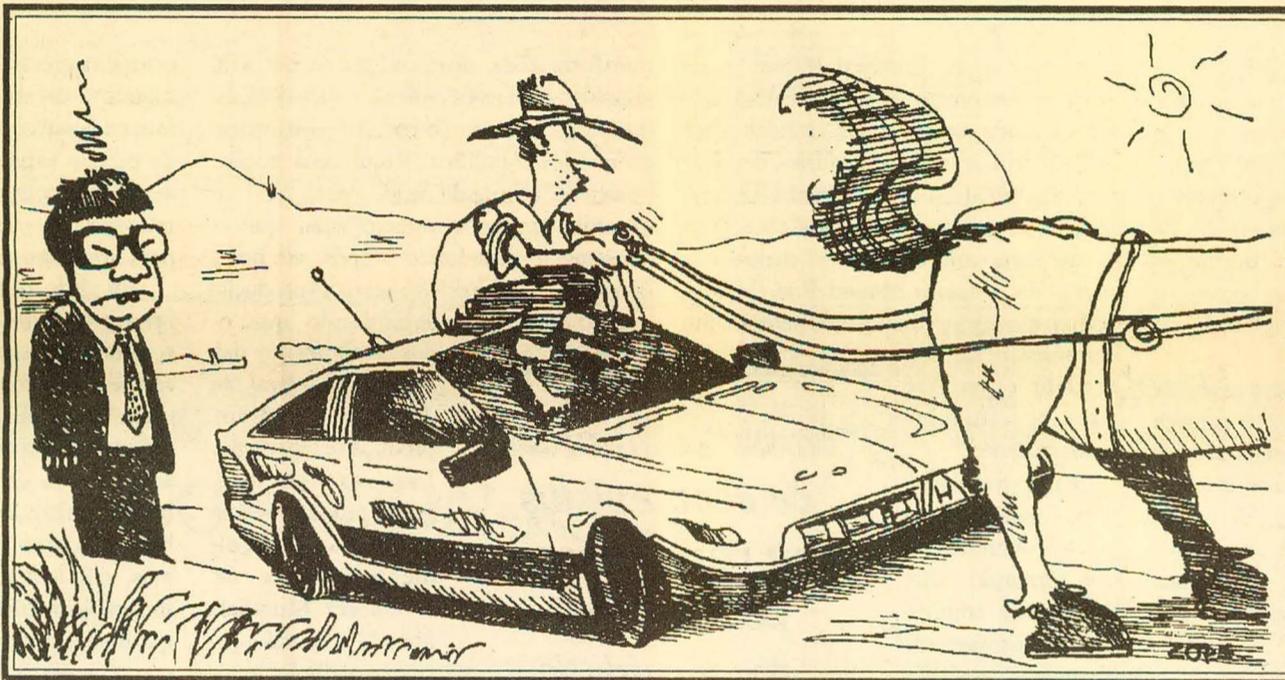
Japão. Primeiro, desde a revolução japonesa do século XIX, houve uma redistribuição radical da propriedade da terra. Não existem grandes proprietários de terra desde essa época. Em segundo lugar, o Japão já tinha uma população educada, antes da I Guerra. Essas duas coisas foram feitas também na Coréia e na China Formosa. O Brasil não fez uma nem outra. Porém, muito mais importante do que isso, quando termina a II Guerra, a decisão estratégica, planejada, do Japão foi se integrar em nível mundial, sim, mas não pretendendo se integrar exportando boneca feita a mão por japonês, sombrinha de papel, sopa desidratada de soja. A proposta dos japoneses para integração mundial foi aço, construção naval e máquinas. O Japão não partiu da hipótese "capital é escasso, mão de obra abundante. Vamos exportar produtos que lembrem nosso país". Não. Se propõe às indústrias líderes da II Guerra revolução industrial. E logo depois entrou pesado nos

Plantações e tecnologia brasileira ocuparam o mercado mundial de celulose de pasta mecânica. Frango é um produto que o Brasil demonstrou grande competitividade. O Oriente Médio está inundado de Frango Sadia. Come-se Frango Perdigão - isso é um escândalo absoluto - na França. Os complexos industriais de frangos e seus derivados brasileiros têm imenso êxito. Há 30 anos, a soja era um produto de clima temperado, usado basicamente como complemento de ração suína, no Rio Grande do Sul. Trinta anos depois, é um produto de clima tropical, por aperfeiçoamento tecnológico feito no Brasil. E o Brasil é hoje o segundo produtor mundial de soja. E não exportamos mais porque o "império" não nos permite uma saída para o Pacífico.

O que eu quero dizer é que nessas pequenas coisas o Brasil deu um show mundial, nos últimos 20 anos. Foi possível segurar o crescimento da economia brasileira com essas coisas? Nós conseguimos segurar um país-baleia, com todos os seus desequilíbrios estruturais, exportando frango e suco de laranja? Não. Por quê? Os senhores são economistas e sabem trabalhar com categorias de análises empíricas. A desagregação por grandes grupos do comércio internacional revela o seguinte: nos últimos 20 anos, as commodities ligadas à base primária de recursos naturais cresceram

2,5% ao ano. As correntes ligadas aos produtos da Segunda Revolução Industrial, automóveis, etc, cresceram a taxas próximas a 8% ou 9% ao ano. E bens e serviços de alta tecnologia cresceram a 17,5% ao ano.

Compete aos nossos "modernólogos" interrogar a si próprios se nós vamos nos integrar ao comércio mundial. E com o quê? Vamos exportar commodities? Mas exportando commodities, o melhor desempenho é repetir para frente o que nós fizemos para trás. Ou seja, se nós nos propusermos a competir à la Japão, com produtos e serviços de alta tecnologia, cabe a eles demonstrarem a nossa capacidade de fazê-lo. Sem previamente termos resolvido os problemas internos do Brasil. Além do mais, eu tenho sérias razões para duvidar que seja possível, daqui para frente, qualquer país virar potência financeira com saldos positivos no comércio internacional. O Japão conseguiu e, de certa maneira, a



numa mesma esfera. O menor grupo coreano é quinze vezes maior do que o nosso maior grupo, que é o grupo Votorantim. Nossos grupos são pigmeus e, além disso, não têm o perfil das organizações competitivas japonesas, alemãs, coreanas, etc.

A organização empresarial brasileira é absolutamente vagabunda, em relação ao padrão internacional. As únicas organizações brasileiras que se aproximam deste padrão são a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e o Banco do Brasil. Se quiséssemos competir neste meio, teríamos que promover o casamento destas três empresas. Eu torno a falar - função de banco é fornecer empréstimos. O Bradesco, que é o maior banco privado brasileiro, tem 2100 agências. O maior banco americano tem 600 agências. Banco se mede pela capacidade de empréstimo, não por número de agências.

Eu pergunto: integração competitiva, onde? Pego outro exemplo. Desta vez do

bens de montagem. Ou seja, automóveis, geladeiras, máquinas fotográficas, etc. A terceira decisão estratégica do Japão, já nos anos 70, foi se concentrar em produtos e serviços de alta tecnologia.

A integração competitiva proposta pelos modernizadores de plantão, no Brasil, é para quê? É para exportar o quê? Nós vamos ser exportadores de programas, biotecnologia, informática de ponta? Cerâmicas de alta energia? Isso não está esclarecido. Agora, deixe eu dizer do que que nós fomos exportadores nos últimos vinte anos. Há vinte anos, o Brasil não produzia suco de laranja. Hoje, nós somos o segundo produtor mundial de suco de laranja e o maior exportador mundial. Há 25 anos, celulose de fibra curta, oriunda de eucalipto, era uma curiosidade no mercado mundial de celulose. Hoje, a oferta brasileira alterou a estrutura mundial da indústria de papéis, aumentando a percentagem de uso de celulose de fibra curta, em detrimento da celulose de fibra longa.

Alemanha, e agora, em escala muito mais reduzida, a Coreia e Taiwan. Eles conseguiram acumular saldos líquidos de comércio internacional porque há um perdedor nato no comércio internacional, os EUA.

Há mais de 20 anos a economia norte-americana é deficitária na balança comercial e deficitária no balanço de capitais. Se você me perguntar como é que se resolve isso, resolve-se porque o dólar é a moeda mundial. Só que, com isso - a fragilidade progressiva da economia norte-americana,

os conflitos de Los Angeles -, é de se supor que, daqui para frente, os americanos não repetirão historicamente o mesmo desequilíbrio que tiveram nesses últimos 20 anos. A vitória de Bill Clinton, nessas eleições, reflete isso.

Lógico. Os "modemosos" estão sugerindo uma posição conflitante com o cenário previsível. Mas essa "moda" - integração internacional, etc. - não consegue, estrategicamente, dar sentido ao desenvolvimento brasileiro. Eu não estou defendendo o oposto desses tópicos mas colocando que o discurso atual cai no vazio. Ele é vazio ao apresentar uma proposta de relançamento do crescimento da economia brasileira. Do discurso, algumas recomendações úteis podem ser extraídas. Agora, pretender, através dessas recomendações úteis, construir uma proposta estratégica, põe em risco, inclusive, a própria unidade nacional.

Se não, vejamos. Se nós fizermos um discurso de que fora do mercado não há salvação, de que a única saída para a economia brasileira é buscar, em demandas das indústrias externas, a possibilidade da reativação econômica, de segurar o processo de expansão da economia brasileira, por uma extroversão, em escala mundial, torna-se absolutamente legítima a pretensão de 14 cidades do Nordeste de fazerem zonas de processamento especiais de exportação, em seus respectivos perímetros urbanos. E é legítima a pretensão dos gaúchos, catarinenses, paranaenses, de buscarem seu centro de gravidade no Mercosul. E, para eles, é mais interessante estarem associados com o Mercosul e não deixarem que São Paulo se associe. São Paulo, por sua vez, já resolveu mais ou menos a sua questão social. Mas com o

fluxo permanente de migrantes, logo o discurso dos paulistas vai ser o mesmo que dos *skinheads*: "morte aos nordestinos".

Dirão vocês: "Mas como? Nós somos tão civilizados!". Mas são esses discursos de segregação que nós estamos vendo hoje espalhados pelo mundo. Na Alemanha, o discurso contra os turcos; na França, contra os islâmicos e norte-africanos; e, na Itália, o movimento separatista de Norte contra Sul. O Brasil tem alguns ativos importantes, sendo o mais importante a unidade nacional. Se não houver um projeto nacional, essas tendências regionalistas crescerão.

Eu me vejo perplexo ao notar que esse discurso de modernidade comprou as consciências, e tem se tornado um discurso quase que hegemônico dos meios empresariais e até de sindicatos. Eu fico preocupado por nós jogarmos fora a idéia de nação. Essa idéia de nação é uma idéia que tem conteúdos historicamente determinados. Ou seja, a nação e o nacionalismo como proposta ideológica nunca tiveram um formato único. Na verdade, como ideologia, foi utilizada por governos de direita, de centro, de esquerda. O nacionalismo parece ter sido a forma

de resistência a qualquer fator externo desfavorável. Então vamos consultar a configuração externa, para sabermos se podemos ou não jogar fora a idéia de unidade nacional, começando pela configuração político-militar.

Eu acho que não há nenhum momento da história mundial em que haja uma hegemonia político-militar tão nítida quanto agora. Depois da Guerra do Golfo, a hegemonia norte-americana é total, completa e absoluta. A Guerra Fria acabou, a União Soviética se deteriorou, o mundo bipolar ficou monopolar, do ponto de vista militar e espacial. Porém, ao mesmo tempo, essa fantástica hegemonia dos EUA é acompanhada por uma clara decadência macroeconômica da economia norte-americana. E essa combinação em toda a história nunca deu bons resultados. O fenômeno mais impressionante, que se observa em escala mundial, é o fato de que a empresa planetária cresce em taxas muito superiores às economias nacionais de origem; é o fato de que 300 grandes corporações controlam mais de 60% do comércio mundial e, provavelmente, mais

de 80% da circulação financeira mundial. E já vimos como não estamos preparados para colocar nenhuma empresa planetária dentro deste jogo.

Esse fenômeno da globalização foi acompanhado pela ressurgência ideológica chamada neoliberalismo. Porque a empresa planetária, tendo que planejar produção, finanças, comercialização e investimento, esbarrou no problema das regulamentações nacionais. Ela então passou a ser a proponente explícita, desde os anos 70, da idéia da desregulamentação. Ora, a idéia de desregulamentação sempre foi um discurso do mais poderoso, economicamente. No século XIX, quando a Inglaterra, já industrializada, fez seu discurso pela desregulamentação das nações, a Alemanha, a França e os EUA se opuseram, porque eles, sabiamente, notaram a necessidade de que, primeiro, eles teriam que fundar as suas indústrias, protegê-las, para só então projetá-las mundialmente.

A pergunta é a seguinte: nós, brasileiros, somos fortes? Em relação ao Paraguai e à Bolívia eu quero mais que eles se desregulem. Mas e nós? Defender uma proposta dessas é rendição. Mas esse é o discurso que se assume

internamente. E a outra tendência é a quebra da solidariedade mundial. E isso é uma coisa que os jovens devem meditar muito. Pelo seguinte: quando eu era jovem, nós dizíamos que a tragédia do mundo era a competição espacial-militar das grandes potências.

Primeiro por colocar em risco a humanidade, segundo porque desvia a maior parte dos recursos financeiros. Todos nós dizíamos: acabemos com a Guerra Fria, que aí virá a redenção da humanidade. Acabou a Guerra Fria. Onde é que estão as propostas de redenção da humanidade? Onde está a solidariedade mundial, com o problema da fome, de doenças,

etc? Há apenas um tema novo na escala mundial. A ecologia, que é aquele que nós olhamos com um olho brilhando e outro turvo. Porque, por um lado, nos parece maravilhoso, por outro é assustador. Se for lido pela linha malthusiana e pelo Clube de Roma, é absolutamente assustador, porque diz: para preservar a ecologia tem um problema, que é o bicho homem.

No limite dessa teoria, podemos ter até o genocídio. E não me venham falar que

isso é exagerado. Sabem quantos mortos civis teve a Guerra do Golfo, no meio daquele festival de "fogos de artifício", que encantou a todo mundo? Duzentos e cinquenta mil. Onde é que está a solidariedade mundial?

Quando, no século XIX, Paris tinha favelas, devido ao excedente de população, a periferia mundial recebeu esse excedente. Hoje, os países não admitem competitividade de fora, não absorvem. Até Portugal briga por invasão de dentista brasileiro. Nós deveríamos, aliás, investir na exportação daquilo que somos mais capacitados: brasileiros. O jovem economista que quiser ir para os EUA lavar pratos vai ganhar mais do que aqui e se algum jovem engenheiro quiser ser baby-sitter em Nova Iorque, ele será melhor remunerado do que em início de carreira aqui. Então, nós somos altamente competitivos para exportar brasileiro. Mas não há nenhuma tendência mundial de liberalização para movimento de população e mão-de-obra. O discurso neoliberal só é favorável à movimentação de capital e mercadoria.

O que eu estou querendo dizer é que a

questão social continuará sendo nacional. Logo, não podemos abrir mão da idéia de nação. E acho que nós, economistas e estudantes de economia, somos obrigados a levar à frente essa discussão. Nós temos que radicalizar, entre nós, essa questão. Porque é a única resposta profissional que o economista pode dar à crise hoje. Vamos falar também de crise profissional. O economista virou um incompetente. Não há mais equação macroeconômica possível. Isso não é só um problema do Terceiro Mundo. Na última reunião do Grupo dos Sete, não se conseguiu chegar a um acordo em torno da agenda da reunião. Eu acho

que nós podemos recuperar um pouco de dignidade para a profissão, se discutirmos o longo prazo. Com o nosso fraco saber. A história está tornando o nosso saber obsoleto e fraco. É claro que essa discussão só terá sentido quando ela for comprada politicamente pela sociedade. Mas, se ela não for iniciada pelos economistas não haverá mercado comprador. Nesse terreno curioso, a oferta cria a sua própria procura.

**"A organização
empresarial
brasileira é
absolutamente
vagabunda, em
relação ao
padrão
internacional.
Só a Vale do
Rio Doce, Banco
do Brasil e
Petrobrás se
aproximam desse
padrão"**

**"O menor grupo
coreano é
quinze vezes
maior do que o
nosso maior
grupo, que é
o Votorantim.
Os nossos são
pigmeus e não
têm o perfil
dos grupos
competitivos
japoneses,
alemães, etc."**

Na mesa, as propostas para a Reforma

A Reforma do Sistema Financeiro foi o tema do debate realizado no último dia 11 de novembro, no Clube de Engenharia. Na reunião, Aldo Luiz Mendes - do Conselho Federal de Economia -, o economista César Medeiros, Carlos Eduardo de Carvalho - do IESP -, e Arnaldo Cardoso Pires - presidente da SEARJ, Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro -, apresentaram suas idéias e propostas sobre a origem e a condução do processo. Sobretudo, eles convergem para a opinião de que os bancos precisam participar ativamente, por intermédio de investimentos, do desenvolvimento do setor produtivo do país.



Carlos Eduardo de Carvalho, Arnaldo Pires, Darc Costa, César Medeiros



"A proposta do Congresso não aponta saída para desfazer esse nó."

Aldo Luiz Mendes

"A reforma do sistema financeiro não pode ser vista de forma isolada, mas sim como uma reforma geral da economia no Brasil. O momento é oportuno para se lançar uma agenda de reformas ou se retomar reformas estruturais que são urgentes nesse país. É oportuno, porque, ao depor o Collor, a sociedade se mostra com disposição para apoiar o novo presidente. O próprio Congresso está se comprometendo com algum tipo de apoio ao novo governo. Essa composição atual do país propicia um grande apoio nacional. Acho necessário, como primeiro passo, passar por uma política de rendas.

contraposição à política de contenção de demanda, que vem acontecendo desde a década de 80.

A primeira questão a ser reformulada é a dívida externa. Não dá pra voltar a crescer remetendo de 5% a 6% por ano do PIB para o pagamento de juros externos. Não dá para voltar a crescer sem um ajuste na questão das finanças públicas. Essa reforma proposta pelo governo é apenas o começo. Depois, vem a questão da redivisão dos gastos, enfim, toda uma série de mudanças que complementa essa reforma. É preciso, por exemplo, retomar o investimento em tecnologia, que no governo Collor ficou absolutamente abandonado.

Para romper o gargalo de curto prazo, é preciso que os setores sentem à mesa e discutam essa questão.

A curto prazo, deve-se discutir a política de renda, para que depois se possa deslanchar o que eu chamo de política de oferta, em

É preciso uma política industrial casada com a abertura. Não dá só para abrir a economia e mais nada. Ainda mais numa época de recessão. Será que o momento para baixar barreiras é agora, diante desse quadro de recessão? É preciso uma reforma do sistema previdenciário; uma mudança do sistema financeiro.

A proposta que está no Congresso não aponta nenhuma saída para desfazer esse nó. 'O sistema financeiro tem que ser um mercado liberal, aberto. A taxa de juros é que vai balizar.' É um equívoco isso, para uma economia subdesenvolvida com a nossa. Por isso a lei está apontando para um caminho infeliz, que não está de acordo com a nossa realidade. Eu proporia uma mudança de visão teórica, buscando uma teoria pós-keynesiana. Tem que ter em mente a teoria da demanda efetiva: investimento gera renda, a renda gera consumo e poupança, a poupança leva a investimentos.

O investimento é uma variável indutora do crescimento, ele não vem a reboque do crescimento. É esse tipo de visão que a gente deve ter, na hora de uma reforma financeira.

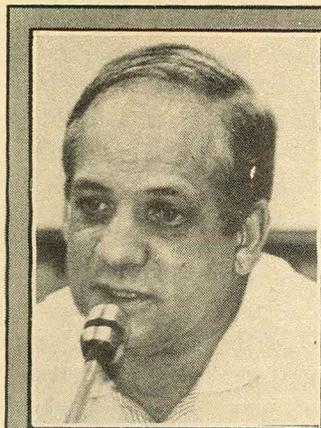
E aí entra a função do Estado, das empresas do Estado, o papel dos bancos do Estado. Serão esses bancos que irão dar

suporte a esse tipo de comportamento. O que nós desejamos é uma retomada do investimento ao nível dos anos 70. Como conseguir isso? Nós temos que partir para as três variáveis que explicam o investimento. As condições de expectativa de longo prazo, em que o empresário tenha expectativa que vai reaver esse investimento, são os rendimentos que ele espera obter: e aí, é preciso baixar as taxas de juros, para que não haja concorrência com a ciranda financeira e a segurança da liquidez, entendido aqui aquelas pessoas que estão incertas com aplicação de seus recursos, e preferem a segurança da liquidez. Aqui, essa liquidez se mede pela força de ativos financeiros de curto prazo e de elevadíssima liquidez e rentabilidade.

Mexer com a expectativa talvez seja uma questão de mexer com a agenda de reformas que o governo deslancharia. Se as incertezas caem, a preferência pela liquidez também reduz. Com isso, pode ser que nós consigamos alongar os prazos, tanto na captação quanto na aplicação de recursos financeiros. É possível reduzir taxas de juros? Eu acho que é possível sim, apesar do discurso forte que nós vemos hoje de que se baixar as taxas de juros vai inundar tudo.

Qual é a base de quem defende juros

Nós devemos então levar em conta essas variáveis e ter em mente que esse projeto de lei precisa ser todo redirecionado. Da maneira como está proposto, é um projeto liberalizante, discrimina as instituições financeiras oficiais, abre o sistema financeiro internacional, enfim, tem uma série de defeitos. Na hora de se fazer, há de se modificar esse perfil e adequá-lo ao perfil pós-keynesiano, que, no momento, é o perfil que precisamos."



"O IPMF e o Imposto sobre Ativos desestimulam investimentos."

César Medeiros

"Com relação à reforma financeira, o programa nacional de desenvolvimento, nós notamos que está se discutindo muito mais um organograma do que um programa do sistema financeiro. Uma preocupação muito mais com a legislação, com a queda do Banco Central, de como deve funcionar o sistema financeiro, dentro de uma proposta neoliberal. Há uma desvinculação total das propostas. E o papel do sistema financeiro? Qual seria, nessa retomada do desenvolvimento? Dos quatro impostos que estão sendo criados, dois vão em direção contrária à retomada de investimentos. O IPMF e o Imposto sobre Ativos.

Todos dois têm seus méritos, mas, de uma maneira ou de outra, desestimulam investimentos. Um, diminui a possibilidade de criar fundos rotativos dos bancos. Claro que os bancos não estão fazendo isso, mas agora eles já têm a desculpa. Outro, desestimula a formação de ativos. Deveriam, então, ser criados mecanismos compensatórios que estimulassem esses investimentos. Mas isso é apenas para mostrar que as políticas econômicas não têm tido a preocupação de montar um novo padrão de financiamento, em função do programa nacional de governo, porque não existe esse programa.

Existem duas linhas do papel do sistema financeiro, dentro do arcabouço teórico. A primeira é o enfoque neoliberal, que está centrado numa preposição equivocada de que investimento se dá em função da poupança. Há de se reduzir o consumo, porque o único meio de se obter investimentos é com a formação prévia da poupança. Prega a independência do Banco Central, desconhecendo a função de prestador social do BC. A proposta pós-keynesiana se dá em função do investimento. Dentro

dessa linha, os bancos têm um papel ativo, e essa linha apresenta um pensamento mais amplo. Ainda dentro desse pensamento, há uma necessidade de uma certa intervenção do governo para impedir especulações. E o BC não é mais independente, mas pode ser usado como estímulo aos investidores.

O que nós observamos é que, no capitalismo moderno, aquele cujo sistema financeiro ultrapassa o estágio da industrialização de pequena escala, indo para uma produção de grande escala, a organização é fortíssima, e há uma integração entre bancos e indústrias. O que, em outras palavras, significa que as empresas não são capazes de gerar fundos operacionais na velocidade requerida pelo mercado. Por outro lado, os bancos procuram ser sócios dessas empresas, que são líderes de seus mercados, emprestando dinheiro. A tendência globalizante mundial demonstra esse tipo de associação.

No Brasil, a configuração do sistema financeiro pode ser vista em quatro movimentos, a partir de 64. O primeiro é o movimento de concentração bancária. O segundo, conglomeração, que pretendia ser um sistema financeiro especializado. Bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de crédito rural, etc. O que nós observamos é que o primeiro movimento foi de formação de vários segmentos do sistema financeiro. O que era particularmente um sistema monetário, passa a ser muito mais não-monetário. Os bancos comerciais perdem importância, mas em um segundo momento os bancos se conglomeraram. O banco comercial passa a ser a cabeça de um grande conglomerado, atuando em todos os segmentos.

O terceiro movimento, simultâneo ao segundo, foi o movimento de intermediação financeira. Até mensalidade escolar passa a ser paga através de bancos, o que leva à possibilidade de fundos rotativos. Observamos, também, um quarto movimento, que é o movimento de bancos múltiplos, estimulados pela reforma monetária do Plano Cruzado. E, por último, temos uma integração, ainda embrionária, do capital bancário com o capital industrial, também no Brasil.

Eu levanto esse quadro para discernir as diretrizes para uma reforma do sistema financeiro. O grande gancho está na busca de negociação de parcerias, entre os setores produtivos e as instituições financeiras. Há um espaço para negociar centralização do movimento

financeiro de empresas de um determinado setor e, em troca, os bancos dariam a esses clientes financiamentos retirados de fundos rotativos.

Eu não acredito que os bancos privados tomem essa iniciativa. Vai contra a própria lógica capitalista, já que eles estão ganhando muito dinheiro com a ciranda financeira. O que eu proponho é que o sistema financeiro oficial seja reestruturado, na forma de grandes conglomerados, para que eles possam tomar essa iniciativa.

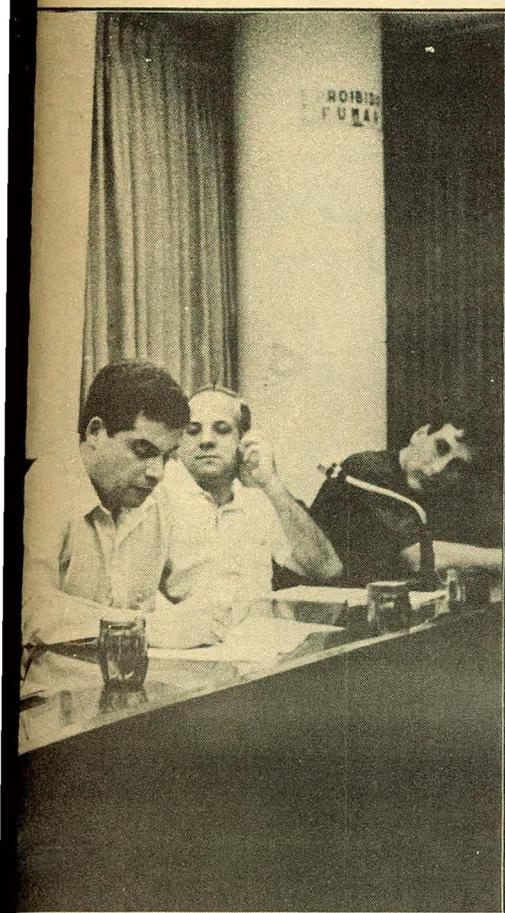
O banco do Brasil pode ser rapidamente conglomerado, atuando em todo o setor do mercado financeiro, até administrando fundos de pensão, aposentadoria, plano de saúde, seguradora, para que ele possa não apenas conseguir fundos rotativos com a movimentação bancária, mas também transformar prazos. Então, os bancos governamentais podem liderar um movimento nesse sentido.

Uma outra forma seria estatizar o sistema financeiro, só que você não teria como indenizar os bancos privados. Ou via Banco Central, em que, através de depósito compulsório, possa exercer essa pressão para que os bancos privados exerçam essa função de comércio.

Outro instrumento importante é o BNDES, que hoje contribui para o movimento de transferência de renda. A principal fonte de recursos do BNDES é o PIS/PASEP. O BNDES é uma agência passadora de fundos. E ele estabelece um limite para a alocação desses recursos. Um agente financeiro desse tipo fica com toda a liberdade para cobrar reciprocidade de seus clientes.

Tem sido argumentado que a fragilidade financeira do setor público impede que o Tesouro capitalize as empresas estatais. E esse é um dos principais argumentos para a privatização. Não que eu seja contra a privatização, preservando algumas empresas estratégicas. Mas há um espaço muito grande para a transformação de bancos oficiais em holdings financeiras. No caso das empresas estatais federais, por exemplo, você tem o Banco do Brasil. O Banco do Brasil, conglomerado, tem condições de atender às empresas estatais, inclusive no mercado externo. A centralização das operações financeiras dessas empresas estatais federais, no Banco do Brasil, permitiria a criação de um fundo rotativo de uma quantia substancial. O que seria suficiente para financiar essas empresas. Isso também poderia ser feito entre empresas estaduais e bancos estaduais. Então esse argumento de o Tesouro não ter como financiar as estatais, por isso a privatização, está equivocado.

Por último, acho que há necessidade de uma melhor definição da alocação dos custos. Primeiro, diminuição no uso de recursos fiscais para a criação de fundos a serem repassados aos bancos de iniciativa privada. E, segundo, colocar esses recursos na agricultura, no apoio à pequena e média empresa, na valorização tecnológica, etc.



do Mendes, na mesa do Clube de Engenharia

altos hoje? É a de que o Banco Central começa a ter dificuldade para rolar sua dívida mobiliária. A juros baixos, ninguém vai querer segurar títulos do governo. Se baixar as taxas de juros, vai haver uma explosão de consumo, vai haver uma evasão de divisas. Isso é um pouco falacioso. Primeiro, existem recursos que são cativos. O retentor desses recursos, porque precisa de liquidez, abre mão de rentabilidade. Um assalariado que tem aquela vaga quantia para gastar em um mês vai preferir receber abaixo da inflação do que não receber. A empresa tem caixa, é dinheiro que ela tem que movimentar todo dia. Os bancos todo dia têm que fazer compensação.

Se nós dermos uma olhada no perfil das aplicações financeiras do Brasil, esse perfil é tão mais concentrado do que a própria distribuição de renda. Então, se eu baixo a taxa de juros hoje, a pessoa que tem milhões aplicados não vai comprar mais um carro: ela já está com sua necessidade de consumo satisfeita. E a evasão? O que está havendo hoje é o inverso, é um fluxo de moeda entrando, porque a nossa taxa de juros é muito mais elevada do que a taxa internacional. Nós não devíamos andar na contramão. A taxa lá também está baixa.



"A lei não pode ter nenhum tipo de restrição à abertura de bancos públicos."

Carlos Eduardo de Carvalho

"Eu coordenei, ao longo do ano passado e neste, um projeto da CUT, mais especificamente, da Confederação Nacional dos Bancários, a respeito da lei financeira. Uma iniciativa bastante importante do movimento sindical. Esse projeto teve como preocupação o seguinte: nós estamos enfrentando no Brasil de hoje uma situação política difícil. Nós entendemos que há uma presença bastante discutível do pensamento neoliberal no país e a nossa preocupação foi de definir o arcabouço institucional do sistema financeiro, dentro da discussão constitucional, para, através desses instrumentos, que estariam escritos na lei complementar, se partir para a reformulação efetiva do sistema financeiro. Porque entendemos que essa lei complementar não iria, por si mesma, resolver os problemas de fundo, já que a resolução do problema do sistema financeiro - que são prioritariamente a falência do padrão de financiamento, a inexistência de crédito a longo prazo, o encarecimento do crédito produtivo, etc. - passa por uma modificação mais profunda.

O primeiro problema que nós analisamos foi sobre a questão do Banco Central. Nosso entendimento é que o Banco Central do Brasil deve ser parte da gestão da política econômica, e aí ele não pode ser independente, e não pode ser um quarto poder constituído, não pode ter poder normativo que independa dos poderes legais e, ao mesmo tempo, o BC não pode ser um Departamento do Tesouro Nacional. Esse seria o estatuto político que nós defenderíamos para o BC. Ele deve ter autonomia, mas ser, por exemplo, limitado por uma Lei Anual de Benefícios Financeiros, que versaria, obrigatoriamente, sobre metas de expansão monetária e de crédito, concessão e destinação prioritária de créditos, de juros limitados e da obrigatoriedade para instituições financeiras de seu conjunto, sejam privadas ou públicas. Essa lei anual tem que ser uma peça ativa.

Essa é uma aposta que estamos fazendo, é uma possibilidade de que o governo legislativo exerça o poder que a sociedade lhe delega. Corre-se o risco de que uma proposta dessa acabe se transformando numa coisa virtual, que o Congresso não examine. Mas essa fórmula de atribuição de poder é melhor do que qualquer outra.

proposta política para o país, nós não conseguiremos eleger um conselho.

O segundo aspecto crucial é a questão dos bancos públicos. Para nós, seria necessária a criação de uma lei complementar deixando claro quais os bancos públicos visíveis, atribuindo-lhes seus papéis fundamentais, e criar uma institucionalização desses bancos que permitisse a sua preservação como instrumento de economia social. Como seria a relação dos bancos públicos e o Tesouro? Isso nos parece importante. Em relação ao BC, o princípio já está inserido na Constituição. O BC estará proibido de financiar o Tesouro, com o que nós concordamos plenamente, entre outras coisas porque o Brasil padece de um ordenamento financeiro incestuoso entre as várias varas de poder.

Porém nós estamos em desacordo com os liberais que querem proibir os bancos de financiar o setor público. Nós defendemos que os bancos públicos financiem o Estado, desde que se fixem limites, para que não aconteçam disparates como os existentes hoje.

Os bancos públicos devem ter uma separação de contas em relação à área fiscal, à administração direta, e em relação às estatais; devem remunerar todos os recursos que transitam por eles, para evitar tornarem-se um instrumento de apropriação do lucro inflacionário sobre o orçamento fiscal ou o setor produtivo, seja ele da União ou do Estado. O banco deve remunerar, com uma taxa de juros adequada, e ser remunerado pelos serviços que ele esteja prestando.

O nosso projeto esclarece que a lei não pode ter nenhum tipo de restrição à abertura de bancos públicos, nem ao seu funcionamento. A atividade bancária no Brasil é lucro. Quem quiser pode abrir banco no Brasil, desde que integralize o capital. Se o município do Rio de Janeiro quiser abrir um banco, problema do município, da sua Câmara de Vereadores e de seus cidadãos. O Banco Central não pode se opor a isso. A contrapartida, que nós defendemos, é que, ao lado dessas igualdades de possibilidades de atuação, também os bancos públicos sejam iguais ao Banco Central do Brasil. Esse é um ponto muito polêmico, mas que nós defendemos. Então, não só estamos de acordo que o Banco

Central tem o direito de intervir nos bancos municipais e estaduais, mas que também tem o dever de fazê-lo. Se um banco público apresenta uma situação de desequilíbrio de caixa, que configura uma ameaça ao sistema, o BC está obrigado a tomar providências quanto a isso.

O último aspecto que eu deveria ressaltar é em relação aos bancos estrangeiros. Nós defendemos que esses bancos não são iguais aos outros. Eles podem atuar dentro do país, mas dependem de autorização legislativa para funcionar. Deve haver uma lei, uma regra que defina isso, e estamos propondo duas exigências fundamentais para os bancos estrangeiros. A primeira delas, que seja acentuada a reciprocidade: o governo brasileiro faz concessões, na medida em que o seu país de origem nos conceda; e a segunda é exigir que o limite de operação de um banco estrangeiro no Brasil deva estar condicionado ao capital que ele trouxe para o país. Ou seja, ele só pode emprestar, dentro do país, uma proporção de dinheiro que ele efetivamente trouxe de fora. Eles são bem vindos, desde que tragam dinheiro.

Central tem o direito de intervir nos bancos municipais e estaduais, mas que também tem o dever de fazê-lo. Se um banco público apresenta uma situação de desequilíbrio de caixa, que configura uma ameaça ao sistema, o BC está obrigado a tomar providências quanto a isso.

a investir. Nosso mercado hoje não incentiva o investimento. O capitalista brasileiro vai para a praia - e até os estrangeiros já aprenderam isso - e deixa seu dinheiro aplicado no mercado financeiro.

O investidor estrangeiro chega aqui interessado em saber qual o melhor meio de empregar seu capital e, no final da semana, já está desiludido. Só haverá investimento por força de compulsão. A única maneira de fazer com que se retorne o investimento no Brasil é voltarmos a ter limites de remuneração de capital.

É preciso vender essa idéia. Mobilizar a sociedade para isso, dar apoio ao presidente, neste sentido, para que essa idéia não seja considerada ridícula. Os economistas do regime militar venderam a idéia do liberalismo, de que os juros, o custo do dinheiro, quem faz é o mercado.

Vamos supor que esse limite seja aprovado. Nós vamos entrar num processo de evasão de recursos financeiros. Para atrair o investidor, será preciso provar que o país tem

futuro, como teve na década de 30, de 50, de 60. Com isso, vai ser mais lucrativo aplicar dentro do Brasil do que fora. E foi por isso que, nessas décadas passadas, todas as grandes multinacionais estabeleceram-se aqui. E estão



"O investidor estrangeiro chega e, na segunda semana, já está desiludido."

Arnaldo Cardoso Pires

"Concordo com a política neo-liberal feita em países da Europa, países que têm um mercado cujo potencial vem se reduzindo a cada década. Lá, a política adequada é essa.

Todos sabem que o nosso atual presidente tem uma política econômica claramente diferenciada do que está sendo feito atualmente. Ele tem um discurso que defende uma política econômica de desenvolvimento, tendo defendido, na época do Senado, a emenda Fernando Gasparian. Partindo desse princípio, o que nós poderíamos fazer para auxiliar nesse desenvolvimento?

No Brasil, nós temos um mercado potencial que cresce 30% a cada década. Ao contrário da Europa, em que o mercado vem decrescendo 5% acadadez anos. Os economistas, os engenheiros, os membros da sociedade civil em geral, devem dar respaldo ao governo, para que essas medidas, por muito tempo consideradas ridículas, possam ser implementadas. Uma das coisas a ser feita é convencer o investidor

deixando o Brasil, justamente quando não há limitação.

Sugestões para mudanças do sistema financeiro: primeiro, uma mudança profunda dentro do Banco Central, em que haja competência, idoneidade moral e independência do sistema financeiro privado. Deixando de se ter o que se tem hoje, como ter um presidente do BC que era dono de uma financeira, e que estava tirando vantagens para si. É fundamental que haja um fundo de seguro de créditos, para que os municípios e estados não tenham que arcar com as possíveis falências que possam ocorrer, já que irá haver uma maior liberalização, a julgar pelas propostas apresentadas pelo governo, até agora. Outro assunto é a liberdade para a criação de companhias de capitalização. Os bancos devem voltar a ser instrumentos de captação de poupanças dispersas, para investimento do setor produtivo. Mas a primeira providência é dar apoio ao atual governo, para que se reverta o processo presente de transferência de renda do grupo de trabalho para o capital.

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

A média das opiniões dos 17 economistas consultados, projeta, para este bimestre, os seguintes indicadores:

INFLAÇÃO

A possibilidade de afastamento definitivo do presidente Fernando Collor, em função do julgamento do processo de *impeachment* pelo Senado começa a influenciar a expectativa em relação à taxa de inflação dos próximos dois meses. As taxas continuam altas, mas a tendência já é de pequena queda. O Sistema de Projeções Qualificadas do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro prevê para novembro uma taxa de 25,2%, o que significa declínio em relação ao IGP - M de outubro da Fundação Getúlio Vargas, que registrou 26,76% naquele período. Para dezembro a pesquisa realizada pelos 15 economistas do Corecon projeta um índice de 24,9%.

JUROS

A sinalização do governo interino de Itamar Franco para o Banco Central sugerindo a redução das taxas de juros também foi captada pelo Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. A taxas reais (descontada a TR do período) deverão cair em novembro e dezembro, em relação ao índice praticado pelo mercado no mês imediatamente anterior: 2,5%. A projeção dos 14 economistas do Corecon indica para novembro uma taxa de 2,1% num processo cadente que poderá bater 1,9% em dezembro. Na estimativa dos juros houve uma abstenção entre os economistas ouvidos pelo Corecon.

CÂMBIO

Os números apurados pelo Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon indicam que o câmbio continuará em níveis inferiores aos da taxa de inflação nos próximos meses. Haverá, em novembro, uma pequena queda em relação à desvalorização cambial de 25,53%, ocorrida em outubro e um pequeno repique para cima no mês de novembro. Assim, ao final deste mês a taxa de câmbio deverá ficar em 24% para chegar no final de dezembro em 24,4%.

A estimativa foi realizada com a participação de 12 economistas registrando-se, portanto, três abstenções.

INDICADORES ECONÔMICOS		
6º Bimestre de 92	SETEMBRO	OUTUBRO
Inflação (IGP - FGV)	25,2%	24,9%
Taxa de Juros Real (1) (sob títulos públicos)	2,1 %	1,9 %
Taxa de Câmbio	24 %	24,3%
Dólar Paralelo (2)	10.700	13.380
Dólar Comercial	9.960	12.420
Produção Industrial (anualizada)	0,3%	0,2%
Superavit Comercial (US\$ milhões)	1,2	1,0
1991/1992		
Produto Interno Bruto	1,1%	
Taxa de Desemprego	6,6%	
PBK/PIB	14,3%	
Contas Governo/PIB (3)	Déficit	1,8%

(1) Descontada a TR do período. (2) Cotação no último dia do mês. (3) Resultado operacional.

DÓLAR PARALELO

A formação da equipe do novo governo e as possíveis alterações na política econômica não provocaram sobressaltos em relação à cotação do dólar no mercado paralelo. A moeda americana, que fechou outubro em Cr\$ 8.500,00, continuará evoluindo em níveis próximos aos da taxa inflacionária. No último dia de novembro o *black* ficará em Cr\$ 10.700,00, o que significa uma variação de 25,88% em relação ao mês anterior. Para dezembro, o Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon encontrou uma cotação de Cr\$ 13.380,00, com uma oscilação de 25,04% em relação a novembro. A estimativa foi realizada com a participação de 14 economistas, verificando-se uma abstenção.

DÓLAR COMERCIAL

Ao que tudo indica a cotação oficial da moeda americana deverá acompanhar as oscilações do paralelo, sem registrar grandes variações nos próximos dois meses. Comparada com a cotação registrada no último dia do mês de outubro - Cr\$ 8.033,00 - o dólar comercial de novembro acusará uma variação de 25%, fechando em Cr\$ 12.420,00, evoluindo 24,6% em relação ao mês anterior. A projeção foi realizada com a participação de 14 economistas, verificando-se uma abstenção.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Contrariando quase todas as previsões, o Sistema de Projeções Qualificadas continua apostando numa variação positiva para a produção em relação aos dois últimos

meses do ano. Para outubro a equipe de economistas do Corecon prevê um crescimento residual de 0,3%, enquanto em setembro a produção industrial registrará uma pequena queda, fechando o mês em 0,2%. Para efeitos de comparação é bom lembrar que o número apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a produção industrial no mês de setembro foi de 0,1, com projeção de fechar dezembro com uma queda de 0,2%. A estimativa foi realizada com a participação de 14 economistas e uma abstenção.

SUPERÁVIT COMERCIAL

A economia brasileira continuará superavitária em suas relações de troca com o exterior, segundo apuração do Sistema de Projeções Qualificadas. Para novembro está previsto um superávit de US\$ 1,2 bilhão, que cairá um pouco em dezembro, fechando em US\$ 1 bilhão.

Em setembro, a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 1,5 bilhão, com exportações de US\$ 3,1 bilhões e importações de US\$ 1,6 bilhão. Os números do mês de outubro ainda não foram divulgados pelo Departamento de Comércio Exterior (Decex) do Banco do Brasil.

A estimativa foi realizada com 14 economistas, verificando-se uma abstenção.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Sistema de Projeções Qualificadas continua apontando para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, impulsionado pelos resultados dos setores agrícola e exportador. O PIB crescerá 1,1%,

um pouco acima dos 0,9% registrado no ano passado pelo IBGE. A estimativa diverge da apresentada pelo IPEA, que prevê queda de 0,2%.

TAXA DE DESEMPREGO

O desemprego aberto continuará alto, segundo as projeções do Corecon. A economia brasileira fechará 1992 com uma taxa de 6,8%. No ano passado a taxa de desemprego aberto registrada pelo IBGE em São Paulo ficou em 5,5%, enquanto no Rio de Janeiro esse índice foi de 3,6%.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL

Pela terceira vez consecutiva a estimativa dos economistas do Corecon aponta para uma queda vigorosa da capacidade de investimento da economia brasileira em relação aos níveis conseguidos no passado. O Sistema de Projeções Qualificadas indica que a Formação Bruta de Capital ficará em 14,3% em relação ao PIB.

É bom lembrar que a parcela do PIB destinada a formação bruta de capital fixo caiu de 23,3% na década de 70, para 18,3% na década de 80 e, neste início de década de 90 está em 15%, que significa o menor índice registrado nos últimos tempos. Houve uma abstenção entre os economistas do Corecon.

CONTAS DO GOVERNO

O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevê déficit operacional de 1,8% este ano. A estimativa foi realizada com a participação de 14 economistas verificando-se uma abstenção.

OBSERVAÇÕES:

a) As projeções refletem a média das opiniões dos economistas ouvidos pelo Corecon, e foram feitas durante as primeiras semanas da gestão Itamar Franco.

b) Fontes dos indicadores econômicos: revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, o Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil, o Banco Central, a Andima e o Instituto de Política Econômica e Aplicada (Ipea).

c) Economistas Consultados: Célio Lora (Price Waterhouse); Antônio Carlos Porto Gonçalves (FGV); José Márcio Camargo (PUC - RJ); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); Adhemar Mineiro (IBASE); José Eduardo Carvalho Ferreira (BNDES); Roberto da Cunha Castelo Branco (Banco Arbi); Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Eduardo Scaletsky (DIEESE); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA Cândido Mendes); Cláudio Contador (Coppe/UFRJ); Cláudio Considera (IPEA); Helena Landau (PUC-RJ); Flávio Castelo Branco (IPEA); e Francisco Assis (Banco Marka).

Chapa

MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS

IERJ - Gestão 1993/1994

Chapa concorrente:

Maria da Conceição Tavares
(presidente)

Luiz Antônio Rodrigues Elias
(vice-presidente)

Hildete Pereira de Melo
(diretora-tesoureira)

Adhemar Mineiro
Carlos Aguiar de Medeiros
José Roberto Correia Soeiro
Luiz Antônio Cruz Caruso
Mário Cordeiro de Carvalho
(diretores)

Flávia Melo
Paulo Favert Filho
Paulo Guilherme Fará Corrêa
(suplentes)

Adilson de Oliveira
João Pontes Nogueira
Luiz Carlos de A. Prado
(conselho fiscal)

Pedro Malan
Maria da Conceição Tavares
Antonio Barros de Castro
Carlos Lessa
Ricardo Bielschowsky
Sulamias Dain
José Márcio Camargo
Ignácio Mourão Rangel
Celso Furtado
(conselho consultivo)

O IERJ foi fundado em 1977, a partir do trabalho de um amplo conjunto de economistas. O projeto de criação do IERJ nasceu da consciência da necessidade da formação de um novo tipo de organização da categoria que funcionasse como um espaço de irrestrita liberdade e autonomia, para o exercício coletivo da reflexão, o debate e o livre confronto de idéias sobre a Economia.

O IERJ foi criado tendo também como motivo propulsor organizar a participação dos economistas nos movimentos da sociedade civil brasileira, em defesa da liberdade, da democracia e dos direitos fundamentais do homem e da mulher. A imagem

do tecnocrata frio e insensível, preocupado apenas em maximizar os resultados econômicos sem qualquer consideração pelo social, marca, ainda hoje, a concepção dominante na sociedade sobre a nossa profissão. Esse tipo de visão foi levado ao extremo durante o período do Governo Collor e de seu projeto neoliberal, com sua política recessiva e até com o confisco das poupanças, com as consequências desastrosas que todos conhecemos. A única forma, portanto, de recuperarmos nosso conceito e prestígio na sociedade é participando de todas as suas lutas e dando a nossa contribuição específica no campo da competência técnico-profissional. Neste particular, tem sido importante o papel desempenhado pelo IERJ, através de suas publicações e pronunciamentos, na análise e crítica das decisões de política econômica, desvendando para a sociedade civil seu significado real e suas implicações sobre as condições de vida da população.

O IERJ não está subordinado jurídico-institucionalmente e nem é controlado pelo aparato do Estado. Sua sobrevivência financeira é assegurada, exclusivamente, pela contribuição voluntária de seus associados, definida em assembleia geral. Independente e autônomo, nosso instituto pode dar livre curso, sem nenhuma limitação, ao exercício do pensamento crítico, criador e libertador.

Por sua origem e pelo Estatuto que regula seu funcionamento, o IERJ é uma entidade orgânica e indissolúvelmente comprometida com a liberdade e com os valores básicos de uma sociedade democrática, baseada na igualdade de oportunidades para todos e centrada na promoção do desenvolvimento do ser humano.

Trabalho Conjunto e Unificação das Entidades.

Há alguns anos os economistas do Rio de Janeiro já discutem a questão da unificação de suas entidades, proposta defendida pelo Movimento de Renovação dos Economistas. Essa

proposta é hoje um norte estratégico tanto para os conselheiros do CORECON - RJ, quanto para os diretores do SINDECON - RJ, assim como para esta chapa que se apresenta para o IERJ.

Visando avançar na prática rumo à unificação, uma das propostas prestes a ser viabilizada é a reinstalação da Casa do Economista, espaço coletivo das três entidades. Outro ponto que já vem sendo colocado em prática é a presença de nomes comuns nas direções das três entidades, visando uma maior interação na reflexão e na definição de atividades, potencializando idéias e recursos.

Algumas Atividades Propostas.

No que se refere às atividades de Cursos, Seminários e Encontros, o IERJ continuará promovendo o Seminário de Conjuntura Econômica, bem como o curso preparatório para o Concurso da ANPEC (Associação Nacional de Pós-graduação em Economia). Além desses, tradicionais, o IERJ procurará cobrir várias áreas temáticas que afetam a nossa profissão, como: a questão do Estado e sua reestruturação, política industrial, economia ambiental, mudança técnica e mercado de trabalho, negociação coletiva, reformas constitucionais, presidencialismo/parlamentarismo, economia fluminense e mercado financeiro. Estas atividades estão sendo pensadas para serem desenvolvidas em conjunto pelas três entidades de economistas - IERJ, CORECON-RJ e SINDECON-RJ -, como também em empresas e universidades, através de decisões conjuntas das nossas entidades com as associações de empregados das empresas, assim como com os diretórios de estudantes das escolas de Economia.

Para agilizar e divulgar essas atividades, assim como o debate de idéias entre os economistas e entre estes e a sociedade da qual fazem parte, o IERJ manterá instrumento ágil e periódico de comunicação e

contato com seus associados.

O IERJ contribuirá também para a edição de um boletim regular dos estudantes de economia - idéia em andamento - com o objetivo de facilitar a discussão e troca de idéias também entre os graduandos de economia.

Com essas atividades, mas também para viabilizá-las, o IERJ, além da agilização do trabalho conjunto entre as entidades, espera ampliar a sua base de contribuição financeira, quer atraindo de volta os associados antigos que se afastaram, quer atraindo novos associados - além de estimular a associação de estudantes, que teriam desta forma sua participação facilitada em suas atividades.

No final dos anos 70, o Movimento de Renovação dos Economistas foi organizado em torno da defesa das liberdades democráticas. Hoje, este movimento luta pela construção de uma sociedade solidária, em contraposição ao ideário individualista exacerbado pela filosofia da determinação do mercado, tão em voga nos dias atuais.

Eleições:

9 e 10 de dezembro,
das 9:00h às 16:00h

Postos de Votação:

IERJ:
Av. Rio Branco, 124/18º andar
Centro - RJ
FEA/IEI
Av. Pasteur, 250
Urca - RJ
IBGE - Mangueira
Rua Visc. de Niterói, 1246, bl. B 12º andar
Mangueira - RJ.
UFF
Rua Tiradentes, 17 - São Domingos
Niterói - RJ.

Posse dos eleitos :
21 de dezembro, às 18:00h, no IERJ.

Economistas ganham dois novos jornais

Numa tentativa de aproximar os estudantes de economia da realidade do mercado de trabalho, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro lançou, no último dia 23 de novembro, o **Informe CORECON UNIVERSITÁRIO**. Com uma tiragem de cinco mil exemplares e periodicidade trimestral, o jornal pretende abordar sempre um tema que leve a reflexões sobre a economia e o meio acadêmico.

Em sua estréia, a questão levantada pelo jornal foi "Por que Economia", trazendo uma entrevista com o presidente da ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia -, professor Ricardo Henrique, que falou sobre as dificuldades da profissão, as falhas e as propostas para uma mudança curricular.

O primeiro número do **Informe CORECON UNIVERSITÁRIO** já contou com a colaboração dos estudantes Oswaldo Cantini, da UFF, Jorge Luís Freitas Duarte, da UFRRJ, Célio de Souza Paiva Júnior, da UERJ e Jorge Vinícius da Costa Lopes, da Cândido Mendes.



No próximo número, que sairá em fevereiro de 1993, tanto os estudantes quanto o **CORECON** esperam a participação de alunos de outras faculdades de economia do Rio de Janeiro. Quem quiser conhecer mais de perto esse trabalho pode ligar para Márcio Henrique, do **CORECON**, no telefone 224-0578.

Também com uma tiragem de cinco mil exemplares e periodicidade trimestral, o **COFECON** - Conselho Federal de Economia - criou o seu jornal: o **Informe COFECON**. Em duas cores e com oito páginas, o novo jornal dos economistas trouxe como destaque em seu primeiro número, lançado em setembro último, o professor Ignácio Rangel, falando sobre a crise brasileira e sua perspectiva para o país. O professor relembrou as origens da crise econômica e apontou caminhos para a solução de alguns problemas.

Além de abrir espaço para divulgação de cursos e seminários da área econômica, o **Informe COFECON** reservará sempre um espaço para artigos de opinião. No primeiro número, Roberto B. Piscitelli, presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, dissertou sobre a Reforma Fiscal proposta pelo governo brasileiro.



Deliberações do XIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE.

Painel "Sistema COFECON/CORECONs: O Papel e a Estrutura":

1. Foi aprovada Carta-Compromisso estabelecendo princípios que deverão ser observados para a realização do **PROCESSO CONSTITUINTE**, destacando-se, entre outros:
 - O **PROCESSO CONSTITUINTE** deverá estar concluído até setembro de 1993, devendo a instância decisória do processo, composta de delegados eleitos nas bases, realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, em data "colada", mas não coincidente, à realização do Congresso Brasileiro de Economistas.
 - Durante o **PROCESSO CONSTITUINTE** fica estabelecida uma trégua para a não-instalação de processos paralelos e isolados, salvo mudanças no funcionamento do Sistema que não contrariem a legislação específica, e que tenham sido deliberadas no XIV SINCE.
 - Após aprovação no Congresso Constituinte, as decisões deverão ser transformadas em Projeto de Lei para encaminhamento dos Conselhos para o próximo ano.
3. Por ocasião da Assembléia de Delegados Eleitores para eleição do terço de Conselheiros do **COFECON**, será realizada reunião de Presidentes de Conselhos Regionais com o **COFECON** e outras entidades representativas da categoria, onde será eleita comissão encarregada de coordenar o **PROCESSO CONSTITUINTE**. Na oportunidade serão aprovados o Regimento Constituinte e Programa de Trabalho da Comissão.

Painel "A Formação Profissional, o Mercado de Trabalho e o Papel Social do Economista":

A Ética do Economista

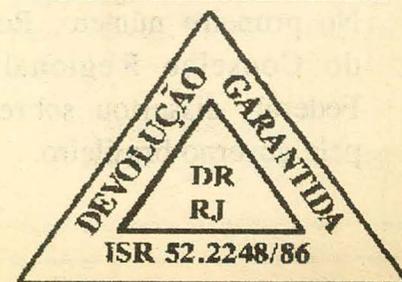
1. Foi aprovada proposta para reformulação do Código de Ética do Economista, onde se destacam:
 - O **COFECON** deverá constituir uma comissão destinada a elaborar uma proposta de mudança no atual Código de Ética do Economista.
 - A comissão deverá produzir uma súmula programática e uma bibliografia básica da disciplina "Economia e Ética", inclusive elaborando programa de habilitação de professores de economia nessa disciplina, envolvendo parceria com Instituições de Ensino Superior (IES).

Formação Profissional do Economista

1. Foi aprovado que se recomende aos Conselhos de Economia apoio, sob todas as formas possíveis, inclusive financeiro, às atividades desenvolvidas pela Associação dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE).
2. Foi aprovada recomendação ao **COFECON** e à **ANGE** para que, em conjunto, promovam avaliação dos Cursos de Economia, denunciando às autoridades competentes e à opinião pública a criação e o funcionamento de cursos em situações desfavoráveis a adequada formação do profissional de economia.

Florianópolis, de 14 a 16 de outubro de 1992

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO